

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E
DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

INSTRUÇÃO NORMATIVA IBAMA/PR NO 1, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2002*

AGerente Executiva do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, no Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 80 do Regimento Interno do IBAMA, aprovado pela Portaria no230-GM, de 14 de maio de 2002 e art. 1o da Portaria no 1.045, de 6 de julho de 2001, a fim de regulamentar a Portaria IBAMA no50-N, de 14 de abril de 1998 1 e Portaria IBAMA no51-N, de 17 de abril de 1998 2, resolve:

Art. 1o A exploração das florestas plantadas oriundas dos Incentivos Fiscais e inclusive daquelas comprometidas com a Reposição Florestal Obrigatória, será submetida previamente à apreciação e análise do IBAMA/PR, mediante a apresentação de Plano de Corte, de acordo com o roteiro anexo a esta Instrução Normativa.

Art. 2o O Plano de Corte deverá ser apresentado pelo detentor do Projeto, pessoa física ou jurídica, sob a responsabilidade técnica de Engenheiro Florestal ou Agrônomo, habilitado junto ao CREA/PR.

Parágrafo único. Considerado deficiente o Plano de Corte, o interessado será notificado, para cumprir as exigências necessárias no prazo consignado sob pena do seu indeferimento ou cancelamento.

Art. 3o O IBAMA ou seus prepostos poderão fiscalizar a área plantada, devendo nessa hipótese ser cobrado o valor equivalente à taxa de vistoria, previsto na legislação vigente, em especial no anexo I da Lei no 9.960/00.

Art. 4o Os Planos de Corte relativos a Projetos de Reflorestamento regidos pela Lei no5.106, de 2 de setembro de 1966 3, Decreto-lei no1.134, de 16 de novembro de 1970 4 e Reposição

Florestal Obrigatória, sob a forma de pluriparticipação (condomínio florestal), deverão apresentar declaração assinada pelo detentor e/ou administrador do Projeto, responsabilizando-se pela participação dos investidores ou condôminos, na distribuição dos resultados dos cortes.

Parágrafo único. Nos casos em que o requerente detenha a totalidade das cotas ou contratos deverá apresentar declaração expressa da propriedade.

Art. 5o O Plano de Corte deverá ser apresentado por Projeto.

Art. 6o Tratando-se de corte em regime de talhadia, deverá ser apresentado Termo de Responsabilidade Técnica pela condução da rebrota.

Art. 7o O prazo de validade da autorização de corte será de 1 (hum) ano a partir da data do ofício de aprovação do Plano de Corte expedido pela DITEC/IBAMA/PR.

Art. 8o Se as operações de corte não forem integralmente realizadas dentro do prazo fixado no Artigo anterior, poderá o mesmo ser prorrogado, mediante solicitação devidamente justificada, acompanhada de relatório técnico sobre os trabalhos parcialmente executados, contendo, no mínimo: número de árvores e volume autorizado, número de árvores e volume retirado e número de árvores e volume remanescente, devidamente assinada pelo Responsável Técnico, bem como informar o no da Autorização do Plano de Corte original.

§ 1o O pedido de prorrogação deverá ser protocolado com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias antes de expirada a validade do Plano de Corte original.

§ 2o Caso o Responsável Técnico pela prorrogação não seja o mesmo do Plano de Corte original, deverá ser apresentada nova Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, pela execução dos trabalhos de campo.

Art. 9º O Plano de Corte poderá sofrer modificações face a ocorrência de casos fortuitos ou de força maior durante a fase de exploração, desde que devidamente solicitadas com as justificativas necessárias.

Art. 10. A execução do corte dos povoamentos florestais a que se refere a presente Instrução Normativa, sem a prévia autorização, bem como a sua concretização em desacordo ao aprovado, sujeitará o infrator às penalidades estabelecidas na legislação vigente.

Parágrafo único. Além das penalidades previstas no caput, o Responsável Técnico será representado junto ao CREA/PR.

Art. 11. O IBAMA poderá efetuar a desvinculação compulsória ou mediante requisição dos projetos de plantio após transcorrido o prazo legal de vinculação, de acordo com o cronograma do projeto aprovado.

Art. 12. A concessão da desvinculação dos projetos incentivados bem como a autorização de corte de projetos cujo prazo de vinculação já tenha expirado deverá observar os seguintes critérios:

I - Apresentação de relatório técnico contendo inventário atualizado do projeto, relatório das intervenções já realizadas na área e imagem de satélite com o polígono da área definido e geo-referenciado, na escala 1:50.000;

II - Declaração na forma prevista no art. 4º desta Instrução Normativa;

III - Certidão negativa de débitos junto ao IBAMA/PR

§ 1º Em havendo planos de corte aprovados durante a vigência desta instrução, e já tendo sido apresentada imagem de satélite nos termos do inciso I deste artigo, a mesma será dispensada.

§ 2º O IBAMA/PR expedirá, quando for o caso, o respectivo ofício de exigência ou de deferimento da desvinculação do projeto;

§ 3º Constatadas irregularidades nos projetos, a gerência Executiva do Estado do Paraná examinará caso a caso encaminhando à DIREN as propostas e medidas complementares para definição do processo.

Art. 13. Os casos omissos serão dirimidos pelo IBAMA/PR

Art. 14. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Andréa Vulcanis Macedo de Paiva

Gerente

(DOU de 18.11.2002)

Este texto não substitui o publicado no DOU de 18.11.2002.

ANEXO

ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE CORTE

01 - INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. - REQUERENTE: nome, endereço, CNPJ ou CPF, número de registro no IBAMA e atividade econômica;

1.2. - ELABORADOR DO PLANO (se pessoa jurídica): nome, endereço, CNPJ e número de registro no CREA/PR;

1.3. - ELABORADOR DO PLANO (se pessoa física): nome, profissão, endereço, e número de registro no CREA/PR;

1.4. - EXECUTOR DO PLANO: nome, endereço, CNPJ ou CPF;

1.5. - RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA EXECUÇÃO DO PLANO: nome, profissão, endereço e número de registro no CREA/PR;

1.6. - DADOS DO PROJETO: número do protocolo no IBAMA, número da pasta, denominação, ano de implantação e legislação a que se refere;

1.7. - DADOS DA PROPRIEDADE: denominação do imóvel, município, local e número de cadastro no INCRA.

02 - PLANO DE OPERAÇÃO

2.1. - PERÍODO OPERACIONAL: previsão para o início e término do corte;

2.2. - PRÁTICA ADOTADA: informar a natureza da intervenção (desbaste sistemático, seletivo, misto, talhadia com condução de rebrota, corte raso, etc.);

2.3. - ORDEM DO CORTE: primeiro, segundo, etc., ou final.

03 - ANEXOS AO PLANO DE CORTE

3.1. - Termo de Responsabilidade Técnica pela elaboração e/ou execução e acompanhamento das operações de campo, inclusive na condução de rebrota de *Eucalyptus* spp.;

3.2. - Anotação de Responsabilidade Técnica - ART/CREA, pela elaboração e execução do Plano de Corte;

3.3. - Inventário Florestal com os respectivos modelos matemáticos.

3.4. - Imagem de satélite com o polígono da área do projeto definida e geo-referenciada;

Obs.: Já tendo sido apresentada a imagem de satélite da área do projeto, poderá ser substituída por mapa da área com as respectivas coordenadas geográficas.

3.5. - Quadro demonstrativo da Projeção Quantitativa do Plano de Corte, contendo:

3.5.1. - Área dos talhões amostrados e total (ha);

3.5.2. - Número de árvores existente, para corte e remanescente, por hectare e total do projeto;

3.5.2. - Volume existente, para corte e remanescente, por hectare e total do projeto;

3.6. - Relatório contendo informação da situação atual do projeto, considerando as intervenções já executadas e outras decorrentes de caso fortuito ou força maior.

* . Nota do Autor: A Gerência do Estado Paraná editou além desta IN, a Instrução Normativa IBAMA-PR no 1, de 26 de dezembro de 2002, que dispõe sobre o corte, a supressão e a exploração da vegetação remanescente da Floresta Ombrófila Densa e da sua zona de transição com os demais ecossistemas florestais, no estágio inicial de regeneração.

1 . Nota do Autor: A Portaria IBAMA no 50-N de 14 de abril de 1998, regulamenta a exploração de florestas plantadas incentivadas e comprometidas com a reposição florestal.

2 . Nota do Autor: A Portaria IBAMA no 51-N de 17 de abril de 1998, regulamenta a desvinculação de projetos de florestamento e de reflorestamento junto ao IBAMA.

3 . Nota do Autor: Vide Lei no 5.106, de 2 de setembro de 1966, dispõe sobre os incentivos fiscais concedidos a empreendimentos florestais.

4 . Nota do Autor: O Decreto-lei no 1.134, de 16 de novembro de 1970, altera a sistemática de incentivos fiscais concedidos a empreendimentos florestais.